

A Soberania da Graça: Restaurando o Governo e a Identidade em Cristo (Rm. 8:31-39; Gn. 14:18-20)

Autor: Diego Vieira Dias | Grupo: Teologia e Pregações | Data: 24/11/2025 19:17

A Carta aos Romanos: O Manifesto do Amor e da Teologia

A Epístola de Paulo aos Romanos é amplamente considerada uma das obras mais profundas e transformadoras de todo o Novo Testamento. Mais do que um compêndio teológico, ela se revela como uma verdadeira carta de amor. Ao analisarmos o final do capítulo 8, deparamo-nos com uma das declarações mais poderosas sobre a segurança do cristão:

"Que diremos, pois, a estas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes o entregou por todos nós, como não nos dará também com ele todas as coisas? (...) Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, ou a angústia, ou a perseguição, ou a fome, ou a nudez, ou o perigo, ou a espada?" (Rm. 8:31-35)

Esta passagem não é apenas retórica; é o fundamento da fé cristã. O apóstolo Paulo, autor de treze epístolas que formam a espinha dorsal da doutrina cristã, apresenta em Romanos o que muitos estudiosos chamam de uma "mini teologia", dado o seu valor inestimável e abrangência doutrinária.

Historicamente, grandes nomes da fé foram profundamente impactados por este texto. Martinho Lutero, o grande reformador protestante, foi envolvido pela mensagem desta carta, definindo-a essencialmente como uma carta de amor do Pai ao Filho, e do Filho aos pródigos — categoria na qual toda a humanidade se insere. Para Lutero, Romanos foi o ponto de partida, o "start" para a compreensão da justificação pela fé.

A profundidade desta epístola é tamanha que desafia até as mentes mais brilhantes. Um exemplo notável é o Dr. Martyn Lloyd-Jones, um dos pregadores mais respeitados do século XX. Durante seu ministério na Capela de Westminster, em Londres, ele dedicou-se à exposição da carta aos Romanos todas as sextas-feiras, de forma ininterrupta, entre os anos de 1955 e 1968.

Quando questionado sobre a razão de passar tanto tempo ensinando sobre um único livro bíblico, a resposta de Lloyd-Jones revelava a natureza inesgotável do evangelho: se esta carta trata do amor divino, da graça e da misericórdia, ela é uma fonte sem fim. Poder-se-ia falar sobre ela por treze, vinte ou cinquenta anos, e ainda assim o assunto não se esgotaria. A graça, tema central de Romanos, é o fio condutor que sustenta a narrativa da redenção humana, servindo como base para entendermos não apenas a teologia, mas a própria natureza de Deus.

Graça Barata versus Graça Verdadeira: O Dilema da Responsabilidade

No cenário contemporâneo, observa-se frequentemente uma banalização do conceito de graça, fenômeno conhecido teologicamente como "graça fácil". Para compreender a profundidade deste problema, é necessário recorrer ao pensamento de Dietrich Bonhoeffer, um dos mais importantes teólogos alemães do século XX.

Bonhoeffer, que viveu durante a ascensão de Adolf Hitler, encontrava-se seguro na América, mas decidiu retornar à Alemanha para enfrentar o regime nazista. Sua justificativa era profunda: ele não poderia se esconder, pois a graça divina nunca se escondeu dele; no momento em que ele precisou, a graça o encontrou. Bonhoeffer cunhou uma distinção vital entre dois tipos de graça:

"A graça barata é a pregação do perdão sem arrependimento... A graça barata justifica os meus erros."

A graça verdadeira, em contrapartida, não é uma licença para pecar, mas a consciência que nos impede de fazê-lo. A confusão entre graça maravilhosa e graça barata é, em última análise, uma herança adâmica. Ao analisarmos a narrativa do Gênesis, percebemos que a reação imediata de Adão ao pecado não foi buscar a misericórdia, mas manifestar a teologia da graça barata: a transferência de culpa.

Quando confrontado por Deus — que, em Sua onisciência, busca o homem para manifestar arrependimento — Adão se recusa a assumir sua responsabilidade. Ele atribui a culpa a duas outras figuras: à mulher e ao próprio Criador.

"A mulher que tu me deste por companheira, ela me deu da árvore, e comi." (Gn. 3:12)

Ao dizer "a mulher que tu me deste", Adão insinua que a falha teve origem na dádiva de Deus, eximindo-se do erro interno. A lição extraída deste episódio é clara: nunca devemos apontar um erro externo quando a raiz do problema reside em nós mesmos. A graça barata tenta justificar o injustificável, enquanto a graça real confronta o pecado para transformá-lo.

Além disso, é fundamental corrigir a concepção errônea de que a lei e o trabalho são consequências do pecado. O termo grego *nomos* (regra, lei) e o conceito hebraico de *mitzvot* permeiam a criação antes mesmo da Queda. Deus estabeleceu limites no Éden ("Coma de tudo, exceto daquela árvore"), indicando que a existência humana pressupõe regras. Viver sem regras não é liberdade, mas uma característica de um espírito contrário a Deus.

Da mesma forma, o trabalho não é um castigo. Antes do pecado entrar no mundo, o homem já havia recebido a missão de cultivar e guardar o jardim. O Criador conferiu ao homem dignidade através do trabalho. Portanto, a graça não produz preguiçosos ou irresponsáveis; pelo contrário, ela restaura o propósito original do homem de viver sob o governo divino, com ética e responsabilidade.

Origem, Destino e Missão: O Princípio Bíblico do Governo

Para compreender a antropologia bíblica e o propósito da existência humana, é necessário analisar três níveis fundamentais que definem todo indivíduo: origem, destino e missão.

Do ponto de vista físico e material, a **origem** do homem é o pó da terra. Deus formou o ser humano a partir da matéria existente no solo. Consequentemente, o **destino** biológico segue a mesma lógica: ao pó tornará. No entanto, entre o ponto de partida e o ponto final, existe o elemento mais crucial da vida, que confere sentido à existência: a **missão**.

A missão dada a Adão no Éden foi clara e específica: **governar**.

"E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra." (Gn. 1:28)

Deus instruiu o homem a governar sobre a terra, estabelecendo limites claros. A soberania humana é delegada e circunscrita ao âmbito terrestre; o governo dos céus pertence exclusivamente ao Criador. É vital compreender que Deus jamais criou o ser humano para a ociosidade. A vocação para o trabalho e para a gestão precede a Queda. Portanto, a preguiça ou a falta de propósito são antíteses do projeto divino.

Quando o Apóstolo Paulo escreve suas instruções pastorais, seu objetivo não é apenas restaurar a liturgia ou a ordem eclesial, mas restaurar **governantes**. A restauração trazida pelo Evangelho visa devolver ao homem a autoridade que foi perdida por Adão. Contudo, este governo não se inicia em grandes plataformas públicas ou no ambiente corporativo, mas no núcleo familiar.

A qualificação para qualquer liderança espiritual ou secular começa dentro de casa. Paulo é enfático ao estabelecer que **aquele que não governa bem a sua própria casa não está apto a cuidar das coisas de Deus (1 Tm. 3:5)**. O governo familiar é o laboratório e a prova da autoridade espiritual, ecoando a determinação de Josué:

"Eu e a minha casa serviremos ao Senhor." (Js. 24:15)

A graça de Deus, portanto, capacita o indivíduo a retomar esse governo. Em Mateus 16, Jesus declara a Pedro: "Eu te darei as chaves do reino dos céus". Chaves representam acesso, autoridade e poder para abrir e fechar. O que Adão entregou no Éden — o domínio sobre a criação — Cristo reconquista e devolve à Sua Igreja através das chaves do Reino. Governar, sob a ótica da graça, não é uma meritocracia humana, mas uma dependência divina onde somos habilitados a exercer autoridade em nome d'Aquele que possui todo o poder.

A Liderança pela Graça: O Exemplo de José

Ao discutirmos o conceito de governo estabelecido pela graça divina, a figura bíblica que melhor encarna essa realidade é José do Egito. A trajetória de José desafia a lógica humana de ascensão ao poder. Ele não se torna governador da maior potência mundial da época por meritocracia humana, ambição política ou planejamento estratégico pessoal, mas exclusivamente pela graça soberana de Deus.

É fundamental observar que José nunca aspirou, em sua humanidade, ocupar um cargo de governo. Em Gênesis 37, vemos que ele recebeu sonhos. Não eram projeções de sua própria mente, mas revelações dadas por Deus.

"Teve José um sonho, que contou a seus irmãos... Eis que estávamos atando molhos no meio do campo, e eis que o meu molho se levantava, e também ficava em pé, e eis que os vossos molhos o rodeavam, e se inclinavam ao meu molho." (Gn. 37:5-7)

Naquele momento, José era apenas um jovem de 17 anos. A imaturidade e a inexperiência são barreiras naturais para o exercício de autoridade; como regra geral, "meninos não governam". O governo exige maturidade, e a maturidade é forjada no processo. Para José, esse processo durou cerca de 13 anos, um período marcado por provações extremas que testaram seu caráter e sua dependência da graça.

O aspecto mais fascinante da vida de José é a autoridade que a graça lhe conferia, independentemente do ambiente onde ele estava. A graça atrai a responsabilidade e a confiança. Aonde quer que José chegasse, a "chave" do lugar lhe era entregue:

1. **Na casa de Potifar:** Mesmo como escravo, a graça sobre ele era visível, levando Potifar a entregar o governo de sua casa em suas mãos.
2. **No Cárcere:** Injustamente preso e caluniado, a graça o destacou novamente, e o carcereiro-mor confiou a ele a administração da prisão.
3. **Diante de Faraó:** Ao interpretar os sonhos que nenhum sábio do Egito pôde decifrar, a graça de Deus o elevou do calabouço ao palácio. Faraó, reconhecendo o Espírito de Deus nele, entregou-lhe o anel de autoridade e o governo sobre toda a nação.

A história de José ilustra que o verdadeiro governo espiritual não é conquistado pela força do braço, mas recebido como uma concessão divina. É a aplicação prática da promessa de Apocalipse sobre as "Chaves de Davi": aquele que abre, e ninguém fecha; e fecha, e ninguém abre (Ap. 3:7). A graça capacita o indivíduo a governar em meio à crise, transformando cenários de escassez em abundância e garantindo a preservação da vida.

Sola Gratia: A Reforma e a Suficiência do Sacrifício

A compreensão da graça sofreu um resgate histórico fundamental durante a Reforma Protestante, iniciada em 31 de outubro de 1517. Entre os pilares que sustentaram esse movimento — conhecidos como os "Cinco Solas" — destaca-se o *Sola Gratia* (Somente a Graça). Este princípio surgiu como uma resposta direta a um sistema religioso que havia mercantilizado a fé.

No contexto da época, o Papa Leão X empenhava-se na construção da Basílica de São Pedro e necessitava de recursos financeiros vultuosos. Para angariar fundos, a igreja autorizou a venda de indulgências, e o frade dominicano Johann Tetzel tornou-se o principal representante dessa campanha na Alemanha. A estratégia de Tetzel era emocionalmente manipuladora: primeiro, pregava sobre os terrores do inferno para gerar medo; em seguida, oferecia a solução financeira através da compra do perdão papal.

Tetzel viajava com um cofre, que hoje pode ser visto em museus da Reforma em Genebra, e utilizava um slogan em latim que se tornou infame na história da teologia:

"Assim que a moeda no fundo do cofre tilintar, a alma do purgatório saltará."

Essa teologia distorcida sugeria que a salvação ou o alívio espiritual poderiam ser adquiridos por transações monetárias. Foi contra essa mercantilização do sagrado que Martinho Lutero se levantou. Ao estudar a Epístola aos Romanos, especificamente o capítulo 1, versículo 17, Lutero teve uma revelação que mudaria o curso da cristandade:

"Porque nele se descobre a justiça de Deus de fé em fé, como está escrito: Mas o justo viverá pela fé." (Rm. 1:17)

Lutero compreendeu que a justiça de Deus não é algo que se compra ou se conquista por méritos e penitências, mas é uma dádiva recebida exclusivamente pela fé. O sacrifício de Jesus na cruz foi suficiente e definitivo. A graça afirma que a dívida impagável do homem já foi quitada pelo sangue de Cristo.

Portanto, o princípio da *Sola Gratia* anula a necessidade de qualquer "moeda de troca" espiritual. Não há necessidade de elementos místicos, pagamentos ou sacrifícios adicionais para garantir a proteção ou a salvação da família. A graça estabelece que o favor de Deus é imerecido e gratuito para o homem, custando, no entanto, o preço altíssimo da vida do Filho de Deus. Reconhecer isso é abandonar a tentativa humana de autoredenção e descansar na obra consumada de Cristo.

A Dinâmica da Oferta: Da Lei Mosaica à Gratidão de Abraão

A compreensão bíblica sobre a prosperidade e a generosidade exige um discernimento claro entre os conceitos de Lei e Graça. Frequentemente, **a teologia da prosperidade deturpa o ato de ofertar, transformando-o em uma transação comercial com o divino, onde "ter" supera o "ser"**. No entanto, a Escritura estabelece uma distinção fundamental:

"Porque a lei foi dada por Moisés; a graça e a verdade vieram por Jesus Cristo." (Jo. 1:17)

Na dispensação da Lei Mosaica, o dízimo era uma obrigação institucional. Sua finalidade era sustentar a estrutura do tabernáculo e o sacerdócio levítico (de Arão). Era um dever cívico e religioso, um mandamento explícito para a manutenção da ordem nacional de Israel. Contudo, a prática de honrar a Deus com os bens materiais precede a Lei de Moisés e encontra seu fundamento mais puro na vida de Abraão, o pai da fé.

Para entender a oferta sob a perspectiva da graça, devemos revisitar o encontro misterioso e profético registrado em Gênesis 14, entre Abraão e Melquizedeque.

"E Melquizedeque, rei de Salém, trouxe pão e vinho; e era este sacerdote do Deus Altíssimo. E abençoou-o, e disse: Bendito seja Abrão pelo Deus Altíssimo, o Possuidor dos céus e da terra; E bendito seja o Deus Altíssimo, que entregou os teus inimigos nas tuas mãos. E Abrão deu-lhe o dízimo de tudo." (Gn. 14:18-20)

Este episódio é carregado de simbolismo teológico. Melquizedeque surge não como um sacerdote levítico (que ainda não existia), mas como "Sacerdote do Deus Altíssimo", uma prefiguração de Cristo (Hb. 7). O ato central deste encontro inverte a lógica da religião humana:

1. **A Iniciativa Divina:** Melquizedeque traz **pão e vinho**. Estes elementos antecipam a celebração da Páscoa e, mais profundamente, a Santa Ceia instituída por Cristo (o *Kiddush* de aliança). **Abraão recebe alimento, comunhão e aliança antes de fazer qualquer coisa.**
2. **A Bênção Anterior à Ação:** Melquizedeque declara a bênção sobre Abraão e afirma **que Deus já entregou os inimigos em suas mãos**. A vitória não era uma promessa futura condicionada a um pagamento, mas um fato consumado pela intervenção divina.

Somente após receber o pão, o vinho e a bênção da vitória, Abraão entrega o dízimo. **A diferença é crucial: na Lei, entrega-se para obedecer a um estatuto; na Graça, entrega-se como resposta à bênção já recebida. Abraão não dizimou para ser abençoado; ele dizimou porque foi abençoado.**

A graça nos ensina que o dízimo e a oferta no Novo Testamento não são moedas de troca para comprar favores ou salvação, mas expressões de gratidão de um coração que reconhece que tudo provém de Deus. **É o reconhecimento de que, assim como Abraão recebeu pão e vinho sem mérito, nós recebemos o corpo e o sangue de Cristo pela graça**. A generosidade cristã, portanto, não nasce do medo da maldição ou da ambição de ganho, mas da liberdade de quem já possui a maior de todas as riquezas: a própria presença de Deus e a vitória em Cristo.

O Poder Constrangedor da Graça: A Transformação de Zaqueu

A filosofia aborda o conceito de *deontologia*, a ética do dever. No entanto, o Evangelho transcende o

mero dever e nos introduz à dinâmica transformadora do relacionamento. Enquanto teólogos debatem há séculos sobre a natureza da graça — João Calvino defendendo a "graça irresistível" e Jacobus Arminius a "graça resistível" —, a narrativa bíblica nos apresenta uma definição prática e visceral: a graça é **constrangedora**.

O encontro de Jesus com Zaqueu, registrado em Lucas 19, é a ilustração perfeita dessa realidade. Zaqueu, chefe dos publicanos e homem rico, era visto como um traidor e pecador pela sociedade judaica. Sua curiosidade o leva a subir em uma figueira brava (sicômoro) apenas para ver quem era Jesus.

A iniciativa, contudo, parte inteiramente de Deus. Jesus para, olha para cima e o chama pelo nome, demonstrando uma onisciência relacional:

"Zaqueu, desce depressa, porque hoje me convém pousar em tua casa." (Lc. 19:5)

Jesus se autoconvida. Ele não exige que Zaqueu mude de comportamento antes de recebê-lo; Ele simplesmente entra. A graça invade o espaço do pecador antes que este tenha tempo de se "arrumar". Ao sentar-se à mesa na casa de Zaqueu, Jesus não profere um sermão sobre honestidade, não fala sobre o inferno, não pede dízimos e nem discorre sobre a corrupção tributária de Roma. A Graça Encarnada apenas se faz presente.

É essa presença que gera o constrangimento santo. A bondade de Deus é o que conduz ao arrependimento (Rm. 2:4). Sem que Jesus pedisse nada, a resposta de Zaqueu explode de dentro para fora, como uma reação inevitável ao amor imerecido que acabara de receber:

"E, levantando-se Zaqueu, disse ao Senhor: Senhor, eis que eu dou aos pobres metade dos meus bens; e, se nalguma coisa tenho defraudado alguém, o restituo quadruplicado." (Lc. 19:8)

Zaqueu oferece metade de seus bens e restituição de quatro vezes mais — muito além do que a Lei exigia em certos casos. Ninguém impôs essa regra a ele. Foi a graça que, ao sentar-se à sua mesa, expôs a mesquinhez de seu coração e a substituiu por generosidade.

Jesus conclui o episódio declarando:

"Hoje veio a salvação a esta casa, pois também este é filho de Abraão." (Lc. 19:9)

Assim como Abraão deu o dízimo a Melquizedeque após ser servido com pão e vinho, Zaqueu oferta sua vida e bens após ser servido com a presença de Cristo. A graça não é um passe livre para a iniquidade, mas uma força poderosa que constrange o ser humano a abandonar o egoísmo e assumir uma nova identidade de justiça e generosidade.

Onde abundou o pecado, superabundou a graça. Ela nos encontra em nossos "sicômeros", entra em nossas casas bagunçadas e, sem cobrar entrada, transforma todo o ambiente, devolvendo-nos a dignidade de filhos e a capacidade de governar nossas vidas para a glória de Deus.

O **sicômoro** (nome científico *Ficus sycomorus*) mencionado na passagem de Zaqueu (Lucas 19:4) é uma árvore de grande porte, muito comum no Oriente Médio e na região de Israel nos tempos bíblicos.

Curiosidade Teológica: Muitos estudiosos apontam que, para um homem rico e de posição social (chefe dos publicanos) como Zaqueu, subir em uma árvore era um ato humilhante e ridículo perante a sociedade. O sicômoro, portanto, representa o lugar onde Zaqueu deixou seu orgulho de lado para tentar ver Jesus.

Documento gerado em 19/01/2026 15:14:10 via BeHOLD

BeHOLD